



Outra forma de corrupção

► **Os vazamentos seletivos por autoridades em conluio com a mídia são uma desonestidade. E precisam ser tratados como tal**

A corrupção é há décadas um dos temas mais discutidos na política brasileira. Alimenta protestos, promove reformas legais, impulsiona a cobertura midiática e é a maior arma para atacar adversários. Mas sua definição no debate político costuma ser tão estreita – dinheiro em troca de benefícios – que exclui algumas de suas piores formas. Em especial, essa definição oculta uma das principais formas de corrupção: o abuso de poder por parte do Ministério Público e da Polícia Federal para destruir reputações.

Essa foi uma das maiores ironias que percebi durante a Vaza Jato: os defensores de Sergio Moro e da Lava Jato, inclusive na imprensa, liderados pela Globo, protestavam que as reportagens usavam material obtido ilegalmente. A ironia é que a maior parte do conteúdo jornalístico produzido a respeito da Lava Jato, que promoveram a imagem de Moro e da força-tarefa, também foi produzida com base em informações obtidas ilegalmente: vazamentos de promotores, juízes e policiais federais com acesso às investigações.

Qualquer autoridade responsável pela aplicação da lei que divulgar informações sobre uma investigação criminal em andamento estará cometendo crime. E há boas razões para ser assim: ao contrário de um julgamento, em que um acusado pode se defender perante o júri, suspeitas, ilações e acusações publicadas na

mídia podem destruir reputações sem que haja direito de defesa.

Esse tipo de ilegalidade é extremamente comum na política e na mídia brasileira. Foi isso que a Vaza Jato revelou: procuradores, liderados por Deltan Dallagnol, rotineiramente vazavam informações prejudiciais aos seus inimigos para mantê-los pressionados e intimidados. Tudo isso enquanto posavam de apartidários.

Essa modalidade de corrupção foi especialmente destrutiva. Inúmeras vezes procuradores e policiais federais vazaram para a Globo acusações feitas por delatores. Essas acusações ganhavam destaque nas manchetes, apesar de não comprovadas e feitas por delatores com amplos incentivos para mentir, pois poderiam ser premiados pela força-tarefa e por Moro com a redução de suas sentenças – ou até mesmo a liberdade – se fizessem as acusações contra os maiores alvos da operação.

Uma peça fundamental nesse esquema foi o papel desempenhado pela mídia. Por anos, os meios de comunicação lucraram muito com esses vazamentos sensacionalistas, em troca de fazer o trabalho sujo da operação em retratar determinados políticos e empresários como corruptos. Assim, ganharam pontos no Ibope, cliques e circulação com acusações bombásticas, sem precisar fazer qualquer trabalho investigativo ou de apuração, e sem ao menos se dar ao trabalho de verificar a credibilidade dos acusadores.

Esse foi um fracasso absoluto de responsabilidade jornalística. A cada vez que William Bonner abria o *Jornal Nacional* ou a *Vêja* preparava uma nova capa bombástica para repercutir uma acusação entregue de bandeja pelas autoridades, eles o faziam sem se importar se era verdadeira ou não. Os benefícios desse tipo de jornalismo mesquinho, baseado em

informações vazadas ilegalmente por autoridades corruptas capazes de destruir reputações, eram grandes demais – tanto em termos de dinheiro quanto de influência – para que fosse questionado.

Foi só com a eclosão da Vaza Jato que vimos esse questionamento aparecer na imprensa. Quando a *Folha de S. Paulo* firmou parceria com *The Intercept* para integrar o *pool* de veículos produzindo reportagens no âmbito da Vaza Jato, o redator-chefe do jornal demonstrou louvável honestidade ao reconhecer suas falhas na cobertura da Lava Jato: “Se eu tivesse que revisitar o caso e fazer a cobertura de novo (...), talvez repensasse o espaço que demos (às denúncias vazadas pela Procuradoria), manchetes atrás de manchetes... Então sim, faço essa autocrítica”.

Infelizmente, os outros grandes veículos não fizeram o mesmo. Ao contrário. Ainda é extremamente comum que repercutam acusações graves repassadas por autoridades sem qualquer esforço de apuração ou de deixar claro que não há qualquer comprovação – um problema que vai muito além da Lava Jato.

Essa dobradinha corrupta entre Procuradoria e mídia destruiu muitas reputações. Muitas vezes, as vítimas de assassinato de reputação nem sequer foram acusadas de qualquer crime, justamente pela fragilidade dessas delações. Assim, viveram o pior de dois mundos: considerados culpados pelo público sem ter a oportunidade de se defender num tribunal.

Subornos e propinas são uma modalidade altamente tóxica de corrupção. Mas são apenas uma forma. A corrupção praticada por procuradores em conluio com a mídia pode ser igualmente prejudicial. É importante reconhecer que esse comportamento também é uma forma de corrupção e deve ser combatido como tal. •

redacao@cartacapital.com.br